

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 17.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Próprio - Av. André de Sá - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 8,727 milhões, correspondente a R\$ 68,34 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 323,473 milhões e Ativos Totais de R\$ 329,480 milhões.

Osasco, SP, 13 de agosto de 2012.

Diretora

	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	328.144	310.095	6.007	472
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	11	16	6.007	472
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	154	175.414	265	232
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	275.414	5.642	136
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	327.941	34.418	100	104
Carteira Própria	327.941	34.029	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias	431	389	-	-
OUTROS CREDITOS	192	247	-	6.028
Rendidas a Receber	-	-	-	6.028
Diversos (Nota 7)	192	246	-	6.028
OUTROS VALORES E BENS:				
Outros Valores e Bens	76	76	-	-
Provisões para Desvalorizações	(76)	(76)	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.336	1.174	323.473	304.769
OUTROS CREDITOS	1.336	1.174	172.000	172.000
Diversos (Nota 7)	1.336	1.174	151.473	152.769
TOTAL	329.480	311.269	329.480	311.269

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.339	16.490		
Operações de Crédito	14	10		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	15.325	16.480		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.339	16.490		
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(815)	(1.501)		
Outras Despesas Operacionais (Nota 11)	(521)	(511)		
Despesas Tributárias (Nota 12)	(76)	(76)		
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	310	29		
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(204)	(503)		
RESULTADO OPERACIONAL	14.524	14.989		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.524	14.989		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(5.797)	(9.583)		
LUCRO LÍQUIDO	8.727	5.406		
Número de ações (Nota 16)	127.699.786	127.699.786		
Lucro por lote de mil ações em R\$	68,34	70,52		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Reservas de Lucros				
Eventos				
Saldos em 31.12.2010	172.000	8.943	114.906	295.849
Lucro Líquido	-	-	-	9.006
Destinações - Reservas	-	450	8.470	(8.920)
Dividendos Propostos	-	-	-	(86)
Saldos em 30.6.2011	172.000	9.393	123.376	304.769
Saldos em 31.12.2011	172.000	9.902	132.927	314.829
Lucro Líquido	-	-	-	8.727
Destinações - Reservas	-	437	8.207	(8.644)
Dividendos Propostos	-	-	-	(83)
Saldos em 30.6.2012	172.000	10.339	141.134	323.473

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.524	14.989		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(211)	345		
Despesas/(Reversão) com Provisões Fiscais	(211)	345		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	14.102	15.334		
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	14.102	15.334		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	14.832		
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.455)	(20.670)		
(Aumento)/Redução em Outras Créditos e Outros Valores e Bens	(95)	(74)		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	85	74		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.844)	(9.551)		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(UTILIZADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4	7		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	7	9		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	11	16		
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	2012		2011	
	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS	15.445	101,2	16.016	101,7
1.1) Intermediação Financeira	15.339	100,5	16.490	104,7
1.2) Outras	106	0,7	(474)	(3,0)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(182)	(1,2)	(261)	(1,7)
Contribuição Sindical Patronal	(66)	(0,4)	(63)	(0,4)
Publicações	(88)	(0,6)	(88)	(0,6)
Serviços Técnicos Especializados	(21)	(0,2)	(104)	(0,7)
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,05)	(6)	(0,04)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	15.263	100,0	15.755	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	15.263	100,0	15.755	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.263	100,0	15.755	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	6.536	42,8	8.749	42,8
Federal	6.536	42,8	8.749	42,8
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	8.727	57,2	9.006	57,2
Dividendos	83	0,6	86	0,6
Lucros Retidos	8.644	56,6	8.920	56,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas às disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados interno e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Nacional de Contas (CNCM) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e provisões, tais como: estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução no valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outros provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e provisões.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Aparentação do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de registro, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" da a calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante tanto de inflação quanto de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira e o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários são classificados em categorias de negociação e disponíveis para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e é provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e registrada na rubrica "Outros Provisões - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
g) Provisão para imposto de renda e contribuição social a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.
A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresa do segmento financeiro.
h) Provisão para impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro líquido, devendo ser considerados, para fins tributárias e contábeis, os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, outros valores e bens, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o valor recuperável apurado pelo (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e passivos.
j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.822/09 do CMC, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de efeito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 6a).
- Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apor ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 6a).
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 8a).
k) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia).
l) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente para essas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	11	16
Total de disponibilidades (caixa)	11	16
Total caixa e equivalentes de caixa	11	16

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-
Total em 2012	-	275.414
Total em 2011	-	275.414

b) As receitas de aplicações interfinanceiras do 1º semestre de 2011, no montante de R\$ 15.169 mil, foram registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6a).

	2012	2011
Reserva Legal (1)	10.339	12.769
Reserva Estatutária (2)	141.134	123.376

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

	2012	2011
Dividendos propostos	83	86
Dividendos pagos	83	86
Juros sobre o Capital Próprio	8.727	9.006
Total em 2012	8.810	9.092
Total em 2011	9.089	9.092

Percentual em relação ao lucro líquido ajustado: 2012: 1,0%; 2011: 1,0%.
Valor em Reais por lote de mil ações: 2012: 0,65; 2011: 0,67.

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa de Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Propaganda e publicidade	88	88
Serviços técnicos especializados	21	104
Sistema financeiro	7	6
Doativos e contribuições	66	63
Total	182	261

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
COFINS	613	650
PIS	100	107
Outras	26	-
Total	739	766

13) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2012	2011
Reversão de provisões operacionais	282	(7)
Variáveis monetárias	(160)	(127)
Despesas com ações civis	(12)	(340)
Outras	(4)	(4)
Total	106	(474)

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e coligadas vigentes nas datas das operações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	11	16	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	275.414	-	15.169
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(265)	(232)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 - O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
 A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
 Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.524	14.589
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.810)	(5.998)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	13	13
Outros valores	(5.787)	(5.983)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(5.787)	(5.983)

Relatório dos Auditores Independentes

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.766)	(6.111)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias	(31)	128
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(5.797)	(5.983)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2012
Provisões para perda de investimentos	256	76	101	231
Provisões para bens não de uso	30	-	-	30
Provisões fiscais e trabalhistas	256	-	-	256
Outros valores	48	34	40	42
Total dos créditos tributários (Nota 7)	590	110	141	559
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	102	11	-	113
Total dos créditos tributários líquido das obrigações	488	99	141	446

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2012 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2012	60	36	96
2013	111	66	177
2014	164	98	262
2015	2	8	20
2016	12	2	4
Total	349	210	559

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 534 mil (2011 - R\$ 529 mil), de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

A Everest Leasing como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
 - Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

OPINION

KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/O-6

Zenke Nakazato
Contador CRC 1SP16769/O-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167220/O-1



DOCTOR PELÉ

HAJA FOGO!

Caso você tenha algum amigo uruguaio, não convém comentar com ele o quadro do pintor conterrâneo Joaquim Torres-Garcia (1874-1949), que pereceu no incêndio ocorrido na casa do colecionador Jean Boghici, em Copacabana. Nossos vizinhos 'orientais' são profundamente traumatizados a respeito. É que fogo, Torres-Garcia e o Rio de Janeiro não se dão bem. Em agosto de 1978, 80 telas do artista arderam no Museu de Arte Moderna, no atestado do Flamengo. O fato foi tido no Uruguai como a maior tragédia cultural da sua história. Imaginem como se sentiriam os brasileiros se perdessem dessa forma 80 obras de Cândido Portinari, por exemplo, numa exposição no estrangeiro? Acresce que, internamente, Torres-Garcia está num patamar superior. É, indiscutivelmente, o maior nome das artes plásticas uruguaias: é reconhecido internacionalmente como o criador de uma escola pictórica - a Escuela del Sur - associada ao Construtivismo. Uma característica do seu trabalho é a utilização apenas de vermelho, amarelo, preto, branco e azul.

Talvez o título de doutor Honoris Causa - láurea dada a pessoas pelo seu conhecimento independentemente de diplomas universitários - recebido por Pelé na semana passada merecesse destaque maior do que lhe foi dado nos jornais. Salvo engano, não há notícia de que um jogador tenha sido homenageado dessa forma, principalmente por se tratar da Universidade de Edimburgo, Escócia. Em importância, ela se coloca com a quinta do Reino Unido, nona na Europa e quarta dragênis-ma-sétima no mundo. Fundada em 1583, viu passar por lá alunos como Alexander Graham Bell, Robert Louis Stevenson, Charles Darwin, Conan Doyle e J.M. Barrie. A propósito desses dois, a forte amizade que os unia deve ter nascido na escola, onde foram contemporâneos. A conhecida paixão do pai de Sherlock Holmes, Conan Doyle (1859-1930), por assuntos de pirataria faz supor que Barrie (1860-1937) inspirou-se nela para criar o Capitão Gancho, ao escrever o livro Peter Pan (à dir. cena do desenho da Disney). Enfim, a partir de agora, Pelé está autorizado a acrescentar a sigla Dr.h.c. na sua assinatura.



VISITA REPENTINA



Ornitólogo Dalgas Frisch, consultor da coluna para assunto de penas e bicos, recebeu a surpreendente visita de um tuco no seu quarto, em Cidade Jardim, no Dia dos Pais. "Foi pelas seis e meia da manhã. Estava tomando café, quando um funcionário veio me avisar. Pensei que ele tinha enlouquecido", conta. O bichudo entrou pela meia banda aberta da vidraça, deu uns rasantes pelo recinto, interessou-se pela fiação do computador e se retirou, dando tempo suficiente para ser fotografado. Amigos que viram as imagens, acusaram Dalgas de haver tomado a ave (domesticada) emprestada dos índios do Xingu, onde ele esteve recentemente. "Pelo bico amarelo, é tuco próprio aqui do Sul", defendeu-se.



A GRANDE GREVE

A onda de greves do funcionalismo federal faz lembrar a célebre greve de Perus, no bairro do mesmo nome envolvendo cerca de mil trabalhadores, que está completando 50 anos agora. Foi a maior e a mais longa da história do País: durou de 1962 a 69 - sete anos!

O movimento deixou várias marcas. Inspirou a fundação da Frente Nacional do Trabalho (FNT); cunhou eternamente J.J. Abdalla, presidente do grupo proprietário como "mau patrão"; deu novos ares ao sindicalismo brasileiro e; sobretudo, criou uma nova forma de embate tra-

balhista: quando acaossados os grevistas reagiam em blocos, como fazem as queixadas, analogia que passou a designar os grevistas na mídia. (A queixada é aquela parenta do porco-do-mato, dele se diferenciando por possuir lábios brancos, porém superiormente agressiva). Os grevistas, que reivindicavam aumento salarial e outros direitos trabalhistas, foram vitoriosos na Justiça nos anos 70. E o grupo Abdalla teve aquele patrimônio confiscado. A indústria, que produzia os conhecidos cimentos Perus e Portland, estava combalada e fechou as portas na década de 80.